

Editorial [PT]

por **Jailton Bezerra Melo**¹ & **Laiz Maria Silva Chohfi**²

DOI: [10.12957/ek.2024.93050](https://doi.org/10.12957/ek.2024.93050)

Fenomenologia e marcadores sociais da diferença: diálogos contemporâneos

Este dossiê nasce em meio a uma complexa discussão no campo das ciências, sobretudo das ciências humanas e sociais, que instigam modos de produção de conhecimentos enraizados e situados num lugar de estranhamento: o lugar da diferença. A fenomenologia – ou melhor, as fenomenologias – assume(m) o pressuposto de que o humano-está-no-mundo-com-outros, formando o que chamamos de coexistência. A coexistência é uma tarefa que nos é dada. Não se pode existir sozinha. Ou melhor, não se tem como existir sozinha. Em meio a este complexo que é viver, no mundo que habitamos, lidamos com as pessoas, os artefatos, as coisas, os instrumentos, a natureza (que também somos nós), os animais, o mundo...

Como sabemos, a fenomenologia nasce como um modo de enxergar tudo o que existe a partir de como se existe. Aproximamos assim da complexa tarefa em compreender os fenômenos no mundo de uma maneira situacional, fotográfica, momentânea. Assim como tudo que existe, a fenomenologia, como fenômeno a ser estudado, passa a tomar outras formas compreensivas e serve como uma tentativa de resgate da experiência vivida, do sentido que se estabelece de maneira intersubjetiva.

Nascendo no berço da Alemanha, em contexto europeu, a fenomenologia faz uma crítica direta à “quebra” dos fenômenos, uma vez que o pensamento científico do contexto de seu surgimento passa a modular, categorizar e recortar para cada vez mais tornar

¹ Professor da PUC-SP. Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Psicoterapeuta e supervisor. Pesquisa sobre corporalidades LGBTQIAPN+ em contextos brasileiros, prevenção no campo do HIV/Aids e educação sexual entre jovens e adolescentes.

² Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Doutora em dupla-titulação em Psicologia pela USP e em Filosofia pela Universidade de Évora (Portugal).

“especializado” o que se encontra na esfera mundana. A coexistência, nosso fardo, se torna, portanto, um apelo ao que no outro existe de semelhante e de diferente.

Vivemos e habitamos um mundo machucado. Um mundo que já foi destruído incontáveis vezes e que segue com este projeto. A destruição do mundo – seja pelas mortes de mulheres na Idade Média, seja de terras e povos originários quando da invasão do Brasil, seja pelos processos velhos (e novos) de escravização ou das constantes ameaças de devastação da natureza – é um assunto urgente e caro à fenomenologia. Como pensar o mundo que criamos? Como habitar o mundo que se faz, muitas vezes, inóspito? São questões que atravessaram nosso pensamento quando da “vontade de saber” que respingou na oportunidade deste dossiê.

A tarefa de Husserl, a quem sabiamente se faz jus da elaboração da fenomenologia enquanto um método de compreensão das coisas, em seu próprio bojo de nascedouro, contempla a necessidade constante de reaver nossa posição frente às coisas e ao mundo. O que apreendemos do mundo diz de como e de qual perspectiva vemos, sentimos, escutamos, tocamos e captamos o que nos apresenta.

Para Barreto (2013, p.29), torna-se importante atentarmo-nos ao mundo contemporâneo, pois

implica em manter o olhar fixo no seu tempo, numa atitude de não se deixar cegar pelas luzes que emanam deste tempo, mantendo a busca de perceber e interpelar o escuro como algo que lhe concerne. Nessa direção, ser contemporâneo é manter-se no seu tempo, percebendo a luz que procura nos alcançar e não consegue fazê-lo no escuro do presente, mas que permanece em viagem até nós.

Nesse sentido, entendemos que o que nos é contemporâneo não nos é porque *agora* existe, se passa *agora*, mas pode também ser lido como algo que sempre existiu, mas que se torna conhecido quando do grito que emana de maneira coletiva, no espaço de coexistência que assumimos.

O contemporâneo nos mostra que a produção de conhecimento na América Latina está profundamente atravessada por uma história de violação dos corpos (Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005). Os corpos latino-americanos – e, de maneira particular, os corpos negros, indígenas, periféricos e dissidentes de gênero e sexualidade – não apenas foram violados pelo processo de colonização, mas seguem sendo continuamente destituídos por políticas de morte, exclusão, silenciamento e invisibilidade. Esses corpos,

considerados muitas vezes como “fora da norma” pela matriz colonial moderna de poder, são sistematicamente empurrados para fora dos espaços de legitimidade epistêmica e produção de conhecimento e de si.

Nesta empreitada acerca do mundo vivido e do cotidiano, o pensamento decolonial emerge como uma força crítica indispensável no campo das ciências humanas e sociais, oferecendo ferramentas para desestabilizar as epistemologias hegemônicas construídas sob a racionalidade eurocentrada, ideais estes que assumem no bojo da comunidade científica uma ideia de colonização do conhecimento. Assim, “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2020, p. 36).

Longe de se constituir apenas como um corpo teórico, o pensamento decolonial é também um gesto político, ético e existencial que busca recuperar vozes silenciadas e retomar formas de se construir conhecimento. Assim, torna-se imprescindível a “dimensão do olhar” para além do habitual no mundo acadêmico, uma vez que modos de existência deslegitimados e formas outras de conhecimento foram marginalizadas pelos processos coloniais e neocoloniais.

Nas ciências humanas (como na psicologia, por exemplo), esse pensamento opera como um deslocamento de centro. Ele rompe com a ideia de universalidade do sujeito moderno ocidental e denuncia os mecanismos de dominação epistêmica que hierarquizam saberes e experiências. Ao invés de buscar uma suposta neutralidade ou objetividade do conhecimento, o pensamento decolonial afirma a geopolítica e a corpo-política do saber: todo conhecimento é situado, encarnado, e atravessado por relações de poder.

Ora, a fenomenologia nasce com o intuito de questionar a objetividade e a neutralidade tão imbuídas no pensamento europeu. Diversos(as) pensadores e pensadoras que transitavam pela fenomenologia ou tinham-na como aproximação, construindo novos métodos e formas de dialogar com o contemporâneo (tais como Emmanuel Lévinas, Maurice Merleau-Ponty, Simone de Beauvoir), ainda que no berço europeu, apontaram para urgência de pensar a desnaturalização da existência humana e do saber unívoco, reverberando em temas como corpo, ética, cuidado e gênero.

A fenomenologia chega como pensamento, no Brasil, por volta de 1940, como aponta Holanda (2016), e foi no campo da psicologia que este novo modo de enxergar e compreender a condição humana passou a ter notório empreendimento. No campo da

ciência psicológica, a chegada do pensamento decolonial tem promovido críticas fundamentais às práticas psicológicas convencionais. Ele nos convida a interrogar: que sujeito é esse que a psicologia toma como norma? De onde ela fala? Que corpos ela reconhece como saudáveis ou patológicos? Que modos de sofrimento ela legitima?

Ao fazer essas perguntas, uma psicologia preocupada e implicada revela como os discursos psicológicos muitas vezes reproduzem o que Maldonado-Torres (2007) nomeará como “colonialidade”, atravessando três dimensões importantes e que são premissas para este dossiê: o ser, o saber e o poder. Assim, a crítica que os autores e autoras perfazem nos trabalhos aqui compilados buscam questionar os modos de produção de vida que categorizam e patologizam experiências racializadas, sexualidades dissidentes, religiosidades afro-indígenas e modos de existência coletivos não alinhados ao individualismo moderno e ao neoliberalismo.

Essa crítica também alcança o campo da psicologia fenomenológica, especialmente em sua vertente mais convencional. Embora a fenomenologia, ao privilegiar a experiência vivida e o corpo como abertura para o mundo, se afaste de certas pretensões científicas da psicologia experimental e clássica, ela ainda pode incorrer em um ideal de sujeito universal, que, no fundo, é o sujeito branco, europeu, masculino, cisgênero e burguês.

A crítica decolonial à fenomenologia, portanto, não se dirige apenas à “aplicação psicológica” dos manuais e documentos convencionais de um saber, mas também à própria tradição filosófica que lhe dá origem. Frantz Fanon (2020) já apontava em seus primeiros escritos acerca das insuficiências de uma fenomenologia e existencialismo que não considerasse os efeitos da racialização, do colonialismo e da violência histórica sobre a constituição do corpo e da experiência individual e de um povo/território. Ele compreende que o corpo negro, por exemplo, não é vivido de forma neutra, mas como um corpo marcado, olhado, reduzido, ao qual se nega a humanidade.

Assim, uma fenomenologia em articulação ao pensamento decolonial – pois aqui reside uma complexa questão, a saber sobre como nomear este campo (fenomenologia) quando da crítica aos modos de colonização das existências – não pode se contentar com a descrição de uma experiência abstrata e descontextualizada. É preciso reinscrever a experiência no campo das relações históricas de poder, marcadas por raça, gênero, classe, sexualidade e território, bem como estes marcadores se inscrevem e se inter cruzam na

experiência sociopolítica, ou seja, como se interseccionam, se dão a ver “nas encruzilhadas” (Akotirene, 2022). Isso significa escutar outras vozes, outros modos de viver e significar o mundo, testemunhando conhecimentos afro-diaspóricos, indígenas, quilombolas, periféricos e dissidentes.

Portanto, pensar a fenomenologia aossada ao pensamento decolonial e com uma postura crítica aos modos de produção da ciência psicológica convencional é abrir espaço para uma compreensão de humano e de mundo implicada com a justiça epistêmica. É também empreender uma reparação histórica e social, na medida em que se propõe ao cuidado da pluralidade ontológica e da democratização da escuta – uma escuta que não apenas acolhe, mas também se transforma no encontro com o outro.

As consequências desse processo são profundas. A colonialidade do saber não se limita a impedir o acesso de certos corpos à universidade ou à institucionalidade científica, por exemplo; ela nega que esses corpos possam, eles mesmos, ser produtores de conhecimento (Chohfi; Melo; Souza, 2021). Tais questões respingam nas experiências corporais, nos saberes cotidianos, nas historiobiografias comunitárias e nas práticas ancestrais, que são tratadas como “não-científicas”, “subjetivas” ou “irracionais”, reforçando a ideia de que a ciência é um campo neutro, abstrato e desvinculado das marcas corporais de quem a produz, desconstituindo o ser em suas dimensões das diferenças situacionalmente dadas.

Essa epistemologia excludente, desautoriza outras formas de existir e conhecer. A ciência ocidental moderna, ao se autoproclamar universal, apaga o lugar de onde fala e oculta as relações de poder que sustentam sua autoridade. Nesse contexto, pensar uma crítica decolonial à fenomenologia e à psicologia de inspiração fenomenológica, implica reconhecer o acabamento do mundo – em seu sentido de “circunscrição do mundo” e de “fim do mundo”.

Foram diversos os temas dos artigos recebidos para este dossiê. Apresentamos trabalhos produzidos no Brasil, em sua maioria, no campo da psicologia. No total, o dossiê conta com 17 (dezessete) artigos originais, 01 (uma) entrevista, 02 (duas) resenhas de livros e 01 (uma) crônica de nossa organização. As autorias contemplam uma diversidade de instituições. Os escritos, a partir de uma crítica ao contemporâneo, tratam de intervenções, projetos de pesquisa e extensão, experiência com o ensino, com a clínica,

com o território e com epistemologias contra hegemônicas. São tratados temas complexos que atravessam os cinco pontos da nossa proposta, a saber:

- 1) Fenomenologia e marcadores sociais da diferença;
- 2) Fenomenologia e estudos da interseccionalidade;
- 3) Fenomenologia e leituras sobre grupos minorizados;
- 4) Fenomenologia, poder, violência e movimentos sociais;
- 5) Fenomenologia e saber popular/povos originários/povos da terra.

Assim, passamos a apresentar os escritos.

O primeiro artigo, intitulado “**A fenomenologia de um atendimento em plantão psicológico: considerações étnico-raciais e violência a partir de uma prática de estágio**”, de autoria de Fábio Batista e Elizangela André dos Santos, trata sobre o encontro entre o terapeuta e o cliente, por meio do serviço de Plantão Psicológico de uma clínica-escola. Para a elaboração das reflexões, foram atendidos uma mãe e seu filho. Faz-se uma compreensão do atendimento tendo em vista as relações étnico-raciais no Brasil. Com base nos estudos pós-coloniais, o artigo reflete acerca das situações clínicas vividas durante a supervisão do estágio na clínica-escola com base na fenomenologia existencial, enquanto abordagem psicológica.

Em “**A fenomenologização do proibicionismo: técnica e positividade**”, Marcelo Sodelli propõe uma leitura do proibicionismo a partir da filosofia de Heidegger e Byung-Chul Han, entendendo-o não apenas como política de controle social, mas como expressão do modo técnico de existência que define uma modernidade ocidental. Assim, o proibicionismo se alinharia à racionalidade colonial moderna, que classifica, exclui e administra vidas “indesejáveis”. O artigo propõe uma crítica efetiva a essa política e exige um giro decolonial: não só resistir ao proibicionismo em si, mas questionar o próprio modo de habitar o mundo imposto pela colonialidade do saber e do ser.

No artigo “**Cargas d’água, no limite do mundo e da terra: uma iniciação às artes marciais mágicas**”, Gelson Antonio Lopes Junior e Jean Menezes da Silva propõem uma crítica à forma como as artes marciais contemporâneas perderam sua dimensão mais inumana, existencial e poética, tornando-se práticas acessíveis técnicas e instrumentais. A ideia dos autores é resgatar uma experiência mais profunda, conectando

essas práticas com a filosofia heideggeriana, apontando limitações deste pensamento filosófico.

Em sequência, Hernani Pereira dos Santos e Caio Monteiro Silva compõem o artigo **“Contribuições de Frantz Fanon para o diagnóstico compreensivo e fenomenológico em psicopatologia: para uma hermenêutica do regime ontológico colonial e de suas patologias”**. Os autores analisam como a abordagem de Fanon e os paradigmas de seu tempo sobre a subjetividade e a psicopatologia do sujeito colonizado contribuem para uma concepção fenomenológica e compreensiva de diagnóstico. O diagnóstico situacional reformula a compreensão do corpo doente, articulando-o a uma análise das patologias sociais. Assim, Fanon conecta a ontologia colonial com a clínica, fornecendo bases para uma fenomenologia das patologias sociais, apontando os desafios e potências de um giro epistêmico decolonial do fazer clínico.

A seguir, Vinicius Ferreira dos Santos, Marcos Vinicius da Cruz escrevem o artigo **“Cuidado e coexistência: diálogos entre os saberes ancestrais e a fenomenologia hermenêutica”**, no qual investigam o conceito de cuidado como base fundamental para o modo como os seres humanos habitam o mundo. Para isso, o texto conecta a filosofia de Martin Heidegger com os saberes ancestrais de povos indígenas, encontrados em escritos de Ailton Krenak e Davi Kopenawa. A ideia central é mostrar como esses conhecimentos oferecem formas de lidar com o esquecimento do ser e com a técnica lógica e instrumental da modernidade.

No próximo escrito, em **“Da opressão à resistência: uma análise do uso do rádio na Revolução da Argélia a partir da filosofia fenomenológica da tecnologia”**, Veronica Ferreira Bahr Calazans e Alex Calazans examinam como o uso da rádio, enquanto mídia, durante a revolução da Argélia, foi um exemplo importante da relação entre tecnologia e poder colonial. Inspirado nas análises de Frantz Fanon, o texto mostra que os argelinos receberam a rádio de uma forma que vai além das categorias tradicionais de transferência tecnológica. O artigo defende que, quando a tecnologia se insere em contextos de opressão e resistência, é fundamental que seus dispositivos sejam visíveis para possibilitar o movimento de luta, transformando nossa compreensão da relação entre tecnologia e cultura.

No artigo **“Denise Ferreira da Silva e a negação da fenomenologia”**, Pedro Bisneto propõe investigar como os estudos da negritude criticam a fenomenologia

clássica e propõem novas compreensões da corporeidade e da performatividade negra. A análise se apoia na filosofia de Denise Ferreira da Silva, destacando sua contribuição para o que denominamos “Pensamento Radical Negro Brasileiro”. Sua crítica evidencia limites da Fenomenologia da Raça e os erros interpretativos da tradição clássica, tensionando as bases da fenomenologia e ampliando os horizontes da interpretação do corpo.

No texto **“Diálogos entre feminismo decolonial, fenomenologia e interseccionalidade para pensar a ação clínica e a escuta psicológica de mulheres racializadas”**, Mércia Gomes da Silva aborda a existência de mulheres racializadas e a necessidade de uma clínica psicológica sensível às suas demandas. Aponta que o corpo é um território singular e plural e que a interseccionalidade, a fenomenologia e o feminismo decolonial são essenciais para uma escuta política e engajada. O artigo destaca que o racismo e o patriarcado sustentam o capitalismo, e que a ação clínica pode ajudar na produção de cuidado e liberdade entre mulheres, permitindo a construção de outros mundos.

A seguir, Thamiris Iorio e Alexandre Trzan, no escrito **“Do ser mulher à dessubstancialização de gênero: um olhar sobre as possibilidades de ser”**, investigam o que significa ser mulher no contexto do pensamento colonial, problematizando a naturalização do gênero como uma essência fixa e realizando a sua dessubstancialização. A análise é fundamentada nos trabalhos de Simone de Beauvoir, Patrícia Hill Collins e Judith Butler, articulando suas contribuições para compreender o gênero como uma construção social e histórica. A fenomenologia hermenêutica é empregada como metodologia para desvelar as narrativas hegemônicas que sustentam essas construções. Conclui-se reforçando a importância de descolonizar os discursos sobre o gênero e reconhecer a pluralidade de experiências que tensionam constantemente o ser mulher.

Em **“Habitar e cuidar do corpo: leitura fenomenológica-hermenêutica de vivências *body positive*”**, Gabriel César Silva Rodrigues e Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista investigam como mulheres que consumiram conteúdos do movimento *body positive* passam a vivenciar e compreender seus corpos de formas diferentes. Para os autores, o movimento tem dois objetivos principais: questionar os discursos e rótulos sobre corpos que fogem dos padrões tradicionais, e mudar a maneira como esses corpos são vistos pela sociedade. O estudo revela a descoberta de novas formas de se relacionar

com os corpos, como isso afeta as relações amorosas de mulheres e quais cuidados aparecem como estratégias coletivas.

No artigo de Carlos Eduardo Shimoda e André Luís Fonseca Macedo, intitulado “**Leituras (Eco)Fenomenológicas da Crise Climática**”, reflete-se sobre a crise climática a partir de uma perspectiva ecofenomenológica, que combina a filosofia de Heidegger com os saberes de povos indígenas. Os autores destacam a importância de compensar nossa forma de estar no mundo e nossa relação com a natureza diante da manipulação ambiental e das características climáticas extremas. O texto propõe entender a crise como uma situação-limite que envolve tanto o adoecimento do planeta quanto do ser humano, mostrando como os conhecimentos tradicionais indígenas ajudam a compreender a crise climática.

No texto “**Linda Alcoff – sobre a compatibilidade entre a hermenêutica fenomenológica de Gadamer e perspectivas feministas**”, Luana Goulart analisa a proposta de Linda Martin Alcoff, apresentada em um artigo de 2003, na qual ela realiza uma leitura feminista da hermenêutica fenomenológica de Hans-Georg Gadamer. A autora escreve que Alcoff não se limita a aplicar o feminismo sobre a obra de Gadamer, mas enfrenta diretamente as críticas comuns que seu pensamento recebeu dentro da literatura filosófica feminista, no qual o pensador costuma ser visto como incompatível com os objetivos e métodos feministas. Em vez disso, a autora sugere que Linda Alcoff propõe uma análise cuidadosa e argumenta que a hermenêutica gadameriana, com sua ênfase na historicidade, no diálogo e na abertura à alteridade, pode oferecer ferramentas importantes para o pensamento feminista.

Dando seguimento, André Prado Nunes, em “**O alvo fácil: homofobia e o impacto na constituição da autoimagem de homem cisgênero homossexual**”, discute violências de cunho homofóbico, reveladas a partir de atendimentos em psicoterapia de base fenomenológica, com um homem cisgênero homossexual, bem como estas violências reverberam em consequências para a constituição de sua autoimagem corporal. Parte-se da noção de que o contexto heteronormativo, patriarcal e machista vigente contribui para a formação do modo de ser homossexual, de modo que prejudica a construção de uma autoimagem positiva, trazendo consequências prejudiciais à saúde e às relações pessoais.

No texto **“Promoção em saúde mental de mulheres nas ruralidades brasileiras: uma artesanaria literária pela fenomenologia decolonial”**, Renata Pereira Farias e Suely Emilia de Barros Santos analisam a relação entre promoção da saúde mental e futebol feminino nas áreas rurais do Brasil, fazendo recorte sobre a vida de mulheres camponesas impactadas pela Transposição do Rio São Francisco. As autoras identificam a necessidade de priorizar a saúde mental dessas mulheres, afetada por violências interseccionais de gênero, classe e território. Como resultado, compreendem que o futebol feminino surge como prática corporal com potencial terapêutico e político. O estudo denuncia opressões do sistema moderno-colonial e patriarcal e defende a importância de pesquisas decoloniais que valorizem saberes locais.

A seguir, o artigo **“Saúde mental quilombola: encruzilhadas do agreste pernambucano nas confluências de uma psicologia preta e uma fenomenologia contracolonial em plantão psicológico”**, de autoria de Felipe Cazeiro, busca estimular uma reflexão sobre uma fenomenologia contracolonial a partir de uma psicologia preta que valoriza as raízes, costumes e cosmologias do ser-preto. Baseado na experiência do autor em atendimentos psicológicos em territórios quilombolas de Garanhuns-PE, o texto destaca um relato fenomenológico desses atendimentos. Ao final, o artigo aponta a necessidade de avançar teoricamente e na prática para que a fenomenologia possa realmente dialogar com grupos racializados e colonizados, especialmente no Brasil.

Em **“Seria a experiência onírica particular ao sonhador? Uma compreensão da Daseinsanalyse a partir do diálogo com o povo *Krahô*”**, Ana Laura C. Bessan e Clara M. R. Vieira Freitas escrevem sobre como os sonhos têm um papel central na cultura do povo *Krahô*, pois são interpretados coletivamente e orientam a vida do grupo. O artigo analisa que o sonhador, como um ser-no-mundo, abre espaço para pensar nos sonhos como algo que pode ter dimensão coletiva. O texto defende que é preciso compensar a forma como os sonhos são detalhados na clínica psicológica, no intuito de dialogar com cosmovisões de povos historicamente marginalizados, tornando a psicologia mais aberta a diferentes formas de existir coletivamente.

Encerrando a seção de artigos, Fabiola Freire Saraiva de Melo, em **“Sonhos por uma fenomenologia revolucionária: diálogos e desafios”**, traz um diálogo com psicólogos que recorrem à fenomenologia como ferramenta compreensiva em suas práticas, compartilhando dez “sonhos” ou desejos para renovar e fortalecer esse método.

Entre eles, estão a volta às origens da fenomenologia no mundo vívido, a simplicidade, a culturalização, a infância do método, uma nova relação com o tempo, a urgente necessidade de descolonizar a fenomenologia, além de desenvolvê-la em dimensões estéticas, políticas, plurais e educacionais. O texto defende que a fenomenologia pode ser revolucionária ao desafiar lógicas dominantes, promover o estar-com-outro e incorporar afetos, arte e política de maneira interdisciplinar e libertadora.

Após os artigos originais, este dossiê apresenta uma entrevista inédita, intitulada **“Danilo Silva Guimarães: conversas para refazer o mundo”**, do professor Danilo Silva Guimarães, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, concedida à Laiz Maria Silva Chohfi e Jailton Bezerra Melo (organizadores deste dossiê). A entrevista relaciona a psicologia, as abordagens fenomenológicas, o pensamento decolonial e epistemologias originárias encontradas desde Sul global como tentativa de resgatar a dimensão existencial, política e coletiva que pode sustentar uma psicologia que pensa “o fim do mundo”.

Este dossiê também apresenta duas resenhas. A primeira, **“A descolonização do jogo a partir da fenomenologia - Resenha do livro ‘Repairing Play: A Black Phenomenology’, de Aaron Trammell”**, é escrita por Gabriel Orega Sandoval e Eduardo Marandola Jr.; enquanto a segunda, é escrita por Debora Elianne Rodrigues de Souza e Luciana Szymanski, e intitula-se **“Corpos e vozes da resistência: confluências fenomenológicas - Resenha de ‘Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais: Interseções. Vol. I’”**.

No intuito de amarrar as considerações produzidas durante os anos nos quais o pensamento fenomenológico abriga-se na psicologia, enquanto método compreensivo que se atenta à crítica contemporânea sobre profissão, pesquisa e realidade prática, damos encerramento ao dossiê com o texto **“Crônica da prática psicológica em instituições: abrindo frestas para o cuidado”**, de Laiz Maria da Silva Chohfi.

Os textos aqui produzidos evidenciam que ativistas, grupos, comunidades e coletivos contemporâneos têm formulado análises complexas sobre gênero, raça, território, saúde mental, educação e políticas públicas – muitas vezes em um nível que ultrapassa, em densidade e relevância, os debates acadêmicos institucionais. Essas vozes nos desafiam a repensar o que entendemos por ciência e a reconhecer que há saberes insurgentes que, embora não validados pelas agências de fomento ou pelos periódicos

indexados, constituem formas legítimas, rigorosas e comprometidas de produzir conhecimento situado.

Assim, reconhecer a ciência e a filosofia que emergem dos movimentos sociais e das corporalidades violadas é um gesto de justiça epistêmica, mas também de transformação profunda da própria ideia de ciência e de filosofia. Trata-se de abrir o campo do conhecimento para outras formas de presença, de linguagem, de método e de verdade (formas que não cabem nos moldes eurocentrados, mas que carregam em si a potência de refundar as ciências humanas e sociais desde Sul global).

Convidamos a comunidade acadêmica, ativistas e a sociedade em geral para mergulhar nesta discussão tão importante! Com isso, esperamos que os textos aqui produzidos possam reverberar em possibilidades de diálogos, tentando uma fenomenologia crítica, engajada e (re)criada coletivamente em busca do bem-viver e cuidado com e para o mundo coletivamente habitado.

Desejamos uma boa leitura!

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022.

BARRETO, Carmem Lúcia Brito Tavares. Reflexões para pensar a ação clínica a partir do pensamento de Heidegger: da ontologia fundamental à questão da técnica. In: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. **Prática psicológica na perspectiva fenomenológica**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 27-50.

CHOHFI, Laiz Maria Silva, MELO, Jailton Bezerra, SOUZA, Paola Alves. Da violência epistemológica a epistemologias próprias: experiências de narrativas com mulheres cis periféricas, mulheres trans e travestis. **Saúde em Debate**, v45, n1, p.27-38, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042021E102>>. Acesso em: 29 de julho de 2025.

FANON, Franz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, 2020.

HOLANDA, Adriano Furtado. Fenomenologia e Psicologia no Brasil: aspectos históricos. **Estud. psicol. (Campinas)**. v33, n3, p. 383-394, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02752016000300002>>. Acesso em: 29 de julho de 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMES, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **El**

giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 27-53.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano, 2005.